



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 04/ORDINÁRIA/CONSUNI/2022/SG-DC

1 Aos 20 dias do mês de setembro do ano de 2022, no horário das 14h, remotamente por meio de
2 videoconferência, realiza-se a IV sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da
3 Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano 2022, previamente convocada e presidida pelo
4 magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Mônica
5 Schröder, vice-reitora; Anastasia Guidi Itokazu, representante suplente docente do Centro de
6 Ciências Naturais e Humanas (CCNH); André Mascioli Cravo, representante titular docente do
7 Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Ângela Terumi Fushita, representante
8 titular docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS);
9 Carolina Gabas Stuchi, pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Charles
10 Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de Pós-Graduação; Cláudia Regina Vieira, pró-reitora de
11 Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Cristina Froes de Borja Reis, representante titular
12 docente do CECS; Edson Pinheiro Pimentel, pró-reitor de Extensão e Cultura; Elizabeth Teodorov,
13 representante titular docente do CMCC; Everaldo Carlos Venâncio, representante suplente docente
14 do CECS; Fernanda Graziella Cardoso, pró-reitora de Graduação; Francisco de Assis Comarú,
15 representante suplente docente do CECS; Gabriella da Conceição Massafra Paiva, representante
16 titular discente de Graduação; Gilberto Maringoni, representante titular docente do CECS;
17 Giovana Louize da Silva, representante titular discente de Graduação; Gisele Ducati, representante
18 titular docente do CMCC; Guadalupe Maria J. A. de Almeida, representante titular docente do
19 CECS; Jair Donadelli Júnior, representante titular docente do CMCC; Júlia de Holanda Poletto,
20 representante titular discente de Graduação; Luciana Aparecida Palharini, representante titular
21 docente do CCNH; Marcelo Furlin, membro da comunidade civil externa; Marcia Helena Alvim,
22 vice-diretora do CCNH; Patrícia Dantoni, representante titular docente do CCNH; Paulo de Ávila
23 Júnior, representante titular docente do CCNH; Renata Silva, representante titular técnico-
24 administrativo; Ricardo José Andrade, representante titular técnico-administrativo; Roberta Kelly
25 Amorim de França, representante titular técnico-administrativo; Ronaldo Cristiano Prati,
26 representante titular docente do CMCC; Roseli Frederigi Benassi, vice-diretora do CECS; Sara
27 Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de Administração; Tatiana Lima Ferreira, diretora do CMCC;
28 Vanessa Elena Bomfim, representante suplente técnico-administrativo; Wagner Alves Carvalho,
29 pró-reitor de Pesquisa. **Ausentes**: Armando Caputi, representante titular docente do CMCC;
30 Dalmo Mandelli, representante titular docente do CCNH; Giovanni Ferreira Marques,
31 representante titular discente de Graduação; Gustavo Morari do Nascimento, representante titular
32 docente do CCNH; Hosana Meira da Silva, membro da comunidade civil externa; Matheus Lopes
33 Silva, representante titular discente de Pós-Graduação; Rafael Arosa prol Otero, representante
34 titular discente de Pós-Graduação. **Não votantes**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de
35 Conselhos e secretária-geral substituta; Alda Maria N. Sanchez, chefe da Assessoria de
36 Cooperações Institucionais e Convênios (ACIC); Daniel Pasarelli, chefe de Gabinete da Reitoria;
37 Gabriela Alves dos Santos, representante suplente discente de Graduação; Gabriela Rufino
38 Maruno, pró-reitora adjunta de Extensão e Cultura; João Paulo Gois, pró-reitor adjunto de Pós-
39 Graduação; Karina Passalacqua Morelli Frin, representante suplente docente do CCNH; Leonel de
40 Miranda Sampaio, pró-reitor adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Marcelo

41 Salvador Caetano, pró-reitor adjunto de Graduação; Maurício Richartz, vice-diretor do CMCC;
42 Miguel Said Vieira, representante suplente docente do CECS; Paulo Henrique de Sousa Pinheiro,
43 representante suplente discente de Graduação. **Apoio administrativo:** Fabiana Vallini, secretária-
44 executiva, e Katia Tonello Semmelmann, assistente em administração da Divisão de Conselhos da
45 Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente abre a sessão às 14h06, com os **Informes**
46 **da Reitoria:** 1) em atendimento à Resolução ConUni nº 156, que regulamenta as normas gerais
47 para realização de eleições para representantes docentes, discentes e técnicos administrativos nos
48 Conselhos Superiores da UFABC, o presidente comunica que o ConsUni deve referendar a
49 Comissão Eleitoral que conduzirá o processo para escolha dos novos representantes docentes,
50 técnico-administrativos, discentes de graduação e de pós-graduação para os Conselhos Superiores,
51 cujos mandatos terão início em 2023. Em seguida, passa a palavra à secretária-geral substituta,
52 Fabiane Alves, que realiza a leitura dos nomes dos membros: Jean-Jacques Bonvent (CCNH);
53 Rodrigo Fresneda (CMCC); Flávia da Fonseca Feitosa (CECS); João Victor Soares dos Santos
54 (discente de graduação); Rayssa Saidel Cortez (discente de pós-graduação); Edgard de Oliveira
55 Nogueira (NTI); Cristiane Castellani (técnica-administrativa); Janine dos Santos Tonin
56 (Secretaria-Geral). Destacou ainda a indicação de que a presidência seja exercida pela última
57 indicada, tendo em vista sua experiência com o processo eleitoral. Em seguida, o presidente
58 questiona se há objeções à composição e à indicação de presidência. Não há manifestações
59 contrárias às propostas e a comissão é ratificada; 2) a pró-reitora de planejamento e
60 desenvolvimento institucional, Carolina Gabas Stuchi, informa acerca do novo Plano de
61 Desenvolvimento Institucional da UFABC (PDI 2024-2033), cujas discussões iniciaram a partir
62 de uma mesa no III Congresso da UFABC, em setembro de 2021, e tem se desenvolvido através
63 da sistematização de experiências externas e internas da UFABC, como o estudo do PDI de outras
64 instituições, tendo como objetivo identificar aspectos importantes para o processo de elaboração,
65 como a metodologia utilizada e os perfis dos agentes participantes dessa construção. Além disso,
66 tem-se buscado a sistematização dos eixos temáticos que devem constar no documento, bem como
67 identificar o seu alinhamento com os planos educacionais do nível macro. Neste sentido, destaca
68 o IV Congresso da UFABC, que acontecerá de 8 a 10 de novembro de 2022, marcando o início
69 oficial da elaboração do novo PDI da UFABC. A partir disso, destaca que será formada a comissão
70 responsável pela elaboração do novo PDI, devendo acontecer, ainda, conversas junto às entidades
71 representativas e Conselhos Superiores da UFABC, a fim de alinhar os planejamentos para o
72 documento. Apresenta o cronograma 2023: em janeiro, a Comissão deverá apresentar as
73 metodologias a serem utilizadas no processo de construção do PDI; de fevereiro a julho, serão
74 divulgados os instrumentos de coleta de dados junto à comunidade, de onde partirão as demandas
75 e, nesse período, ocorrerá o processo de elaboração da redação do documento pelas comissões e
76 subcomissões responsáveis, com base nas demandas recebidas; em agosto, espera-se que já se
77 tenha uma sistematização preliminar do documento, tendo em vista a sua discussão no V
78 Congresso da UFABC, em setembro; por fim, espera-se que a versão consolidada do documento
79 seja apresentada, discutida e deliberada pelos Conselhos Superiores da UFABC em novembro,
80 tendo como meta a sua aprovação até o final de 2023; 3) ainda com a palavra, Carolina Gabas
81 Stuchi, também informa acerca dos dados atualizados acerca do Projeto de Lei Orçamentária
82 (PLOA) 2023. Recorda que o ConsUni aprovou um valor de aproximadamente R\$ 316 milhões de
83 proposta, todavia, o limite disponibilizado na PLOA apresentada no Congresso foi de,
84 aproximadamente, R\$ 46 milhões, sendo cerca de R\$ 43,5 milhões como custeio e cerca R\$ 2,5
85 milhões como investimento. Pontua que a redução em relação ao orçamento de 2022 é de
86 aproximadamente 12%. Quanto aos valores do Plano Nacional de Assistência Estudantil
87 (PNAES), explica que praticamente não houve redução em relação à LOA de 2022. Quanto à
88 LDO, informa que foi sancionada pelo Presidente da República no mês de agosto, tendo sido
89 vetado o Art. 25, que previa que o orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

90 fosse atualizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), não
91 podendo ser menor do que o orçamento de 2022. Ainda, o parágrafo segundo do mesmo artigo foi
92 vetado e previa o reestabelecimento dos valores de bolsa permanência. Explica que, apesar dos
93 vetos, o documento deve ser apreciado pelo Congresso Nacional, que decidirá acerca da
94 manutenção da decisão do Presidente da República. O presidente, Dácio Matheus, acrescenta que,
95 apesar da baixa atividade do Congresso Nacional, devido às eleições de 2022, explica que esses
96 vetos devem ser deliberados em breve e espera-se que a PLOA 2023 seja impactada pelo resultado
97 das eleições. Ademais, detalha que os cortes atuais no orçamento 2022, de cerca de 7%, já têm
98 gerado impactos de funcionamento em pelo menos 15 IFES, que correm o risco de não conseguir
99 pagar todas suas despesas em 2022. Explica que o corte previsto na PLOA 2023, que é de 12%, é
100 preocupante e significa um impacto de funcionamento em todas as IFES. Explica que a Associação
101 Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) tem trabalhado
102 junto ao Congresso Nacional para recompor os 7% cortados no orçamento 2022, ainda neste ano,
103 o que vai depender da conjuntura política que se desenhar, a partir das eleições. Detalha, ainda,
104 que a Andifes tem trabalhado para derrubar o veto do artigo que previa o não contingenciamento
105 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia. Explica que esse Fundo se fez
106 importante em 2022, juntamente com a Lei Paulo Gustavo, sendo uma das principais fontes de
107 recursos para a reposição orçamentária diante do último corte feito pelo Governo Federal; 4)
108 informa sobre a realização da Aula Magna, no dia 21 de setembro, no *campus* São Bernardo do
109 Campo, na qual será ministrada uma palestra da professora doutora Margareth Pretti Dalcolmo,
110 pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pneumologista, quando serão apresentados
111 os impactos da pandemia na ciência e na saúde. Ressalta que a atividade marca o início de um
112 novo quadrimestre e o ingresso dos novos estudantes de graduação na UFABC, convidando toda
113 a comunidade a participar do evento; 5) informa que a partir da próxima reunião, este Conselho
114 deve retomar suas reuniões presenciais, tal como já havia sido informado no Conselho de Ensino,
115 Pesquisa e Extensão (ConsEPE). Assim, solicitou que conselheiros e conselheiras estivessem
116 atentos a esse detalhe nas próximas convocações. A secretária-geral substituta, Fabiane Alves,
117 observou que uma eventual continuação da presente sessão ainda ocorreria no formato remoto. Já
118 no caso de haver alguma sessão extraordinária, antes da V sessão ordinária, essa já deverá ocorrer
119 no formato presencial. **Informes dos Conselheiros:** 1) O conselheiro Charles Morphy Dias dos
120 Santos informa acerca da divulgação do resultado da Avaliação Quadrienal (2017-2020) da
121 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), destacando que dois dos
122 programas de pós-graduação da UFABC atingiram nota 6: Ciência e Tecnologia-Química e
123 Nanociências & Materiais Avançados, sendo considerados programas de excelência padrão
124 internacional pela Capes pela primeira vez. Quanto aos programas de: Biosistemas, Planejamento
125 & Gestão do Território, Ciências Humanas & Sociais, Neurociência & Cognição e o Mestrado
126 Nacional em Ensino de Física atingiram nota 5. Além disso, os programas de Engenharia
127 Biomédica, Ciência e Tecnologia Ambiental e Economia, subiram para a nota 4. Por fim, pontuou
128 que nenhum programa teve seu conceito diminuído, o que é considerado um resultado satisfatório.
129 Agradece a todos que contribuíram para que esses resultados fossem alcançados, destacando que
130 a próxima etapa é a de submissão das propostas de doutorado de programas que só têm mestrado,
131 acreditando que os resultados relatados são positivos contribuirão para a aprovação das novas
132 propostas. O presidente parabeniza a toda comunidade e, em especial, à Pró-Reitoria de Pós-
133 Graduação. Também informa que Andifes vem conversando com Capes no intuito de nomear
134 novos coordenadores de área, a fim de melhorar os processos de avaliação, de modo que sejam
135 realizados em tempo apropriado e sob os critérios que tradicionalmente vinham sendo utilizados;
136 2) a conselheira Patrícia Dantoni registrou que, conforme instruções recebidas, encaminhou à
137 Comissão Permanente de Avaliação (CPA) alguns questionamentos acerca do Relatório CPA,
138 enviado a este Conselho na última reunião ordinária. Relata que não obteve respostas por parte da

139 CPA e que deseja relatar seus questionamentos. Leu os questionamentos e solicitou que a Divisão
140 de Conselhos os encaminhasse para CPA para respostas. Também questiona o motivo de o
141 Regimento Interno da Canoa e os pontos referentes à Fundação de Apoio à Universidade Federal
142 de São Paulo (FAP-Unifesp) constarem na Ordem do Dia e levantou dúvidas quanto à finalidade
143 do Pequeno Expediente. Ainda, manifestou-se acerca do cronograma para elaboração do PDI,
144 considerando-o exíguo, tendo em vista a necessidade de discussão do documento, que pode se
145 prolongar por mais de uma sessão. O presidente explicou que, com relação às respostas da CPA,
146 acredita que a mudança de coordenação deva ter influenciado na demora retorno, não ocorrendo
147 antes da presente sessão. Sobre os questionamentos dos pontos na Ordem do Dia, explica que esse
148 trâmite faz parte do processo quando se trata de comissões que funcionam como Expediente dos
149 Conselhos Superiores, como é o caso da Canoa, o que não impede que o item sejam discutido pelo
150 tempo que o respectivo Conselho Superior considerar necessário, até sua deliberação. Quanto ao
151 Pequeno Expediente, esclarece que funciona como uma discussão não deliberativa cujo objetivo é
152 colher informações sobre um assunto, a fim de formar opiniões sobre o tema e, se for caso,
153 apresentar propostas de resolução em sessões futuras; 3) a conselheira Roberta Kelly Amorim de
154 França, acerca da retomada das reuniões presenciais, entende ser coerente, uma vez que desde 01º
155 de junho os servidores técnico-administrativos retomaram suas atividades presenciais. Em tempo,
156 solicitou que fosse feita uma atualização no Relatório Final do Grupo de Trabalho (GT) de Mães
157 e Pais à luz da implantação do registro eletrônico de frequência, a fim de que os apontamentos
158 levantados surtisserem um efeito real para a comunidade, entendendo que o novo modelo de aferição
159 de frequência traz consequências a esse grupo. Explica que assuntos já pacificados em relação ao
160 tema, como a aferição de frequência de mães e pais que necessitam se ausentar por ocasião de
161 reuniões escolares precisa ser esclarecida na atual forma de registro de ponto. Ressalta que o pleito
162 vai ao encontro das políticas de inclusão das mães e pais na UFABC. O presidente reforça a
163 necessidade de revisão do relatório citado e destaca que os avanços conquistados deverão ser
164 mantidos, sendo que qualquer dificuldade encontrada deve ser relatada, com intuito de que sejam
165 buscadas soluções; 4) o conselheiro Ricardo Andrade, acerca do controle eletrônico de frequência,
166 destaca a necessidade de que sejam estudadas formas mais modernas e empáticas de execução do
167 registro, de modo a minimizar a sensação de controle estrito do tempo pelos servidores. Por fim,
168 solicita que, ao final desta reunião, o presidente informe o horário exato de término para que os
169 técnicos administrativos presentes possam registrar sua saída no sistema. **Ordem do Dia: Ata da**
170 **IV sessão ordinária do ConsUni, realizada nos dias 28 de setembro e 05 de outubro de 2021.** O
171 presidente, Dácio Matheus, questiona se há alguma observação sobre o documento. Não há
172 manifestações. Em vista disso, o presidente encaminha do documento para votação. Ata aprovada
173 com 2 abstenções. **Minuta de resolução que revoga e substitui a Resolução Consuni nº 194, que**
174 **define as vagas transversais e a forma de organização funcional dos docentes contratados por estas**
175 **vagas na UFABC.** O relator, Maurício Richartz, apresenta um histórico do documento e explica
176 que se trata de uma demanda do Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas (Netel). Explica
177 que atualmente a UFABC tem sete vagas transversais concedidas pelo MEC, destinadas a áreas
178 específicas de atuação, sendo: quatro relacionadas à área de uso de tecnologias aplicadas à
179 educação; duas do Ensino de Libras; e uma relacionada à Educação Inclusiva. Detalha que a
180 Resolução que trata das vagas transversais define que a atribuição didática de seus ocupantes é de
181 responsabilidade do Conselho de cada Centro, observadas as indicações do MEC. Nesse sentido,
182 a alteração proposta visa a observar que esses docentes não devem entrar na contagem de créditos
183 dos docentes efetivos dos Centros. Dessa forma, no Art. 6º, propõem-se que a designação de que
184 50% da carga didática de docentes ocupantes de vagas transversais sejam cumpridas em atividades
185 específicas relacionadas às vagas, podendo ser realizadas em disciplinas relacionadas à área
186 transversal, não havendo a necessidade de conversão de carga didática para esses docentes.
187 Informa que três propostas de aprimoramento foram recebidas do Expediente, tendo sido acatadas:

188 i) a inclusão nas cláusulas de promulgação, que não constavam na minuta que foi apresentada no
189 expediente; ii) no Art. 4º, alteração do termo “banca de seleção e concursos” para “Comissão de
190 Seleção dos Concursos”; e iii) inclusão de um Art. 8º, definindo o ConsUni como instância
191 recursal. Por fim, recomenda a aprovação do documento. A área demandante, representada por
192 Ângela Fushita, manifesta concordância com todas as alterações apresentadas pelo relator. Em
193 discussão, não houve comentários. O presidente, então, encaminha o documento para votação,
194 consideradas as alterações acatadas pela relatoria e área demandante. Após votação, o documento
195 é aprovado com 2 abstenções. Regimento Interno da Canoa. A secretária-geral substituta, Fabiane
196 Alves, apresenta histórico da demanda e a motivação da proposta, destacando que o documento
197 busca registrar os trâmites e fluxos já adotados pela Canoa, buscando elencar o rol básico de
198 atribuições de seus membros e questões relativas ao funcionamento da Comissão, desde o quórum
199 até os encaminhamentos de demandas da Canoa. Explica que tais registros visam ao
200 preenchimento de lacunas identificadas na Resolução ConsUni nº 145, que institui a Canoa.
201 Informa que foram realizadas conversas junto à membra da Canoa que demandou a proposta,
202 Vanessa Bonfim, nas quais chegou-se a um ajuste sobre o texto elaborado pela Secretaria-Geral.
203 Por fim, destaca que o documento foi apresentado à Canoa, sendo deliberado e aprovado, por
204 unanimidade, pela Comissão conforme se apresenta a proposta em pauta. A relatora da Canoa,
205 Vanessa Elena Bomfim, destaca o parecer favorável à proposta apresentada pela secretária-geral
206 substituta, pontuando que o documento é bastante salutar a uma melhor clareza acerca dos
207 trabalhos da Canoa, sobretudo com a inclusão das atribuições de seus membros. Realiza algumas
208 observações com relação à área de atuação da Comissão, acreditando que poderia haver atuação
209 em mais frentes da universidade, sendo mais interativa com a comunidade, não se limitando a
210 assuntos orçamentários, convidando o Conselho a uma reflexão sobre tais expectativas em relação
211 à Canoa. Considera positivo que os áudios das reuniões podem ser disponibilizados aos membros
212 da Canoa, mediante solicitação. Registra, ainda que não seja objeto desse documento, que a
213 comissão poderia ser envolvida no processo de estabelecimento de políticas de gestão patrimonial
214 da UFABC. Em discussão, são realizados os seguintes apontamentos: 1) sugere-se alteração no
215 Art. 9º, parágrafo 2º, de modo a melhor esclarecer que o termo “voto de qualidade” é cabível à
216 presidência, tendo em vista a evitar ruído na leitura; 2º) questionou-se sobre o item constar na
217 Ordem do Dia e não no Expediente. Em atendimento às demandas, Vanessa Bomfim e Fabiane
218 Alves, acatam a sugestão de ajuste no texto do Art. 9º, parágrafo 2º. Quanto ao questionamento
219 sobre o motivo de o item constar na Ordem do Dia da pauta, Fabiane Alves esclarece que essa
220 inclusão de item está prevista na Resolução ConsUni nº 145, que motivou o cerne da Resolução
221 ConsUni nº 174, que possibilita que algumas instâncias anteriores aos Conselhos Superiores atuem
222 como o Expediente, logo, os itens oriundos dessas instâncias podem ser incluídos diretamente na
223 Ordem do Dia do Conselho Superior correspondente. Feitos os esclarecimentos, não houve mais
224 observações acerca do documento. Em vista disso, o presidente encaminha o documento para
225 votação, consignada a alteração acatada pela relatoria e pela área demandante. Documento
226 aprovado por unanimidade. O presidente comenta que é possível que, no âmbito da própria Canoa,
227 seja possível discutir sobre a ampliação de sua atuação junto à comunidade, agradecendo aos
228 apontamentos trazidos por Vanessa Bomfim. Minuta de resolução que dispõe sobre normas,
229 instâncias e procedimentos de prevenção do assédio moral, assédio moral institucional e assédio
230 sexual para seu enfrentamento no âmbito da UFABC e cria a Comissão UFABC sem assédio. A
231 relatora, Luciana Palharini, apresenta parecer acerca da minuta, destacando o histórico de
232 elaboração da proposta, que representa uma luta histórica sobre o tema na UFABC. Informa que,
233 desde sua apresentação inicial, em 2019, a proposta teve um grande avanço, incluindo assuntos
234 como assédio moral institucional, o que é um ganho para a proposta. Em seguida, passou a pontuar
235 as alterações realizadas, sendo: i) ajuste de texto no parágrafo 1º, do Art. 1º, de modo a dar
236 coerência com a ementa da minuta; ii) no Art. 1º, no parágrafo que trata da definição de “âmbito

237 da UFABC”, define-se como “qualquer espaço físico ou virtual, onde ocorram atividades
238 promovidas pela instituição”; iii) no Art. 2º, estruturou-se as definições dos tipos de assédio por
239 meio de incisos, no mesmo artigo; iv) no Art. 10, parágrafo 2º, ajustou-se o texto para esclarecer
240 que a Comissão UFABC Sem Assédio será composta por pessoas indicadas pelas categorias,
241 instâncias e entidades da UFABC; v) sugestão de inclusão de um novo parágrafo, no Art. 11, para
242 deixar a cargo da Superintendência de Gestão de Pessoas (Sugepe) a formação dos primeiros
243 membros da comissão, cabendo-lhe a definição da metodologia, carga horária e currículo, até que
244 seja definido o regimento da comissão; vi) sugeriu-se a inclusão de um inciso VI, no Art. 9º,
245 destacando o caráter preventivo e educativo da comissão, deixando clara a abertura da participação
246 da comunidade nesse processo. Por fim, destaca seu parecer favorável à aprovação da minuta e
247 aponta a importância do trabalho de reunião de dados referentes aos casos de assédio, sendo crucial
248 o estreitamento de relação entre a comissão e Ouvidoria da UFABC nesse processo. Reforça que
249 a criação da cultura de não assédio como um dos principais papéis da Comissão UFABC Sem
250 Assédio, atuando não somente como uma instância de apuração de casos, mas de educação e
251 prevenção. A área demandante, representada por Daniel Pansarelli, acata as sugestões da relatoria,
252 apenas observando, na sugestão de disposição das definições de assédio, no Art. 2º, que o assédio
253 sexual seja disposto no inciso I, pois sua caracterização não demanda recorrência, uma vez que
254 basta apenas uma única ocorrência para sua identificação. A relatora acata a sugestão. Em
255 discussão, são realizados os seguintes apontamentos: 1) sugere-se, no Art. 10, a inclusão de
256 previsão de recondução dos membros, caso seja possível; 2) questiona-se sobre as atribuições da
257 Comissão UFABC Sem Assédio e as da Comissão de Ética e se a possível vítima de assédio pode
258 se dirigir a qualquer um delas; 3) sugere-se que, no Art. 10, o texto seja reformulado no sentido de
259 dar ênfase ao papel das entidades na indicação dos membros que comporão a comissão; 4) destaca-
260 se a importância da proposta em pauta e o importante papel da Reitoria no apoio ao avanço da
261 pauta, pontuando que o caráter preventivo/educativo da Comissão UFABC Sem Assédio é um
262 importante destaque a ser enfatizado, tal como fez a relatoria. O demandante, Daniel Pansarelli,
263 sobre as atribuições das Comissões de Ética e a UFABC Sem Assédio, esclarece que a Ouvidoria
264 é citada como uma instância de controle do recebimento de denúncias, para melhor encaminhar o
265 denunciante à instância mais adequada à demanda. Nesse sentido, explica que a ideia da UFABC
266 Sem Assédio é criar um ambiente que dê à possível vítima de assédio a segurança de seus pares
267 para a apresentação de suas questões e assim o melhor acolhimento e encaminhamento das
268 decorrências de uma ocorrência de assédio, podendo, nesse processo, haver a necessidade de
269 atuação de instâncias como a Comissão de Ética, por exemplo. A ideia é que a UFABC Sem
270 Assédio seja vista como uma instância próxima à comunidade, o que muitas vezes, até mesmo pela
271 sua estrutura institucional, pode não acontecer com a Comissão de Ética ou até mesmo a Ouvidoria.
272 Acata a sugestão de possibilidade de uma recondução dos membros da comissão, sugerindo incluir
273 tal previsão no inciso I, no Art. 10. Quanto ao ajuste sugerido para melhor destacar o papel das
274 entidades na composição da Comissão UFABC Sem Assédio, Luciana Palharini, sugere o seguinte
275 texto: “A Comissão UFABC sem assédio será composta de forma diversa e paritária por membros
276 indicados pelas áreas, instâncias e entidades representativas de cada categoria na instituição e será
277 nomeada pela Reitoria, contando com a seguinte representação...”. A sugestão é acatada pelo
278 proponente e o texto é incorporado na minuta. Não havendo mais questionamentos, o presidente
279 encaminha o documento para votação. Resolução aprovada por unanimidade. O presidente destaca
280 a importância do documento ora aprovado no combate aos crimes de assédio, parabenizando todo
281 o trabalho e esforço coletivo por sua construção. Enfatiza, ainda, a missão da comunidade UFABC
282 na execução do que estabelece o documento, a partir de sua aprovação. Relatório anual de
283 Atividades da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FAP-Unifesp), exercício
284 2021, e da Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário da UNIFESP realizada em 08 de
285 junho de 2022, com a aprovação da renovação das atividades com a Unifesp. Renovação da

286 autorização da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FAP-Unifesp), como
287 Fundação de apoio à UFABC, biênio 2022-2023. Dácio Matheus explica que os dois pontos foram
288 incluídos na pauta atual como demandas suplementares, sendo referentes à autorização e
289 atividades da FAP-Unifesp como Fundação de Apoio à UFABC. Aponta que a parceria junto à
290 FAP-Unifesp tem grande relevância no encaminhamento de projetos da UFABC que não podem
291 ser apoiados pela Fundep, por questões de impedimento desta instituição, sendo a FAP-Unifesp a
292 viabilizadora do encaminhamento de projetos importantes como a Rota 2030, por exemplo. Em
293 seguida, a relatora da matéria, Alda Maria Napolitano Sanchez, chefe da Assessoria de
294 Cooperações Institucionais e Convênios (ACIC), informa que ainda não há dados de desempenho
295 da FAP-Unifesp, uma vez que os projetos os quais essa fundação tem apoiado são ainda muito
296 recentes e, portanto, não estão concluídos. Destaca que ter mais de uma fundação de apoio é
297 avaliado como um aspecto positivo para a UFABC, uma vez que um dos editais da Fundação de
298 Apoio da UFMG (Fundep), or exemplo, realizou tal exigência para participação. Além disso,
299 destaca que a FAP-Unifesp renovou seu credenciamento como Fundação de Apoio junto ao Grupo
300 de Apoio Técnico do MEC (GAT-MEC) por mais cinco anos. Em complemento ao relato, Sara
301 Mascareñas, pró-reitora de administração, reforça que a Comissão Permanente de Convênios
302 (CPCo) é favorável à aprovação dos documentos, ressaltando a importância de que a UFABC
303 tenha mais de uma fundação de apoio. Em discussão, não havendo comentários ou pedidos de
304 esclarecimentos, o presidente encaminha os dois pontos correlatos em votação, deliberando-os um
305 por vez. Assim, após votação, o Relatório Anual da FAP-Unifesp é aprovado por unanimidade.
306 Em seguida, a Renovação da autorização da FAP-Unifesp como Fundação de Apoio à UFABC,
307 biênio 2022-2023 é posta em votação e aprovada com 4 abstenções. **Pequeno Expediente:**
308 **Discussão sobre os resultados da aplicação da Resolução ConsUni nº 222, de 1º de junho de 2022.**
309 Dácio Matheus informa que o item tem como objetivo apresentar quais tem sido ações e medidas
310 de prevenção que a UFABC tem tomado em relação ao combate à Covid-19 nesse período de
311 retomada de atividades presenciais, pós-suspensão do Plano de Retomada Gradual da UFABC.
312 Daniel Pansarelli retoma o histórico de ações da UFABC no combate e prevenção à Covid-19: i)
313 em março de 2020, ocorreu a primeira suspensão de atividades por meio de Portaria da Reitoria;
314 ii) em novembro de 2020, foi aprovado o Plano de Retomada da UFABC; iii) em outubro de 2021,
315 foi aprovada uma atualização do Plano de Retomada, incluindo novos elementos fruto do
316 aprendizado da experiência de um ano lidando com o vírus e seu comportamento; iv) em outubro
317 de 2021, foi aprovada a passagem da “Fase 0” para a “Fase 1” do Plano de Retomada da UFABC,
318 quando foi possível realizar algumas aulas presenciais na UFABC pós-suspensão de atividades
319 presenciais; v) em março de 2022, foi aprovada a suspensão do Plano de Retomada da UFABC,
320 definindo a retomada, a partir de 1º de junho de 2022, estabelecendo-se um tempo de organização
321 da comunidade para o retorno às atividades presenciais; vi) em junho de 2022, definiu-se que os
322 meses de junho e julho seriam meses de transição entre o período remoto e a retomada presencial,
323 determinando, no mesmo instrumento, as sanções previstas para aqueles que não cumprissem o
324 esquema vacinal, por meio da Resolução ConsUni nº 222; vii) ainda em junho de 2022, a Reitoria
325 publicou uma Portaria orientando quanto aos procedimentos para verificação do esquema vacinal;
326 viii) em julho de 2022, o período de transição foi prorrogado até o final de agosto de 2022. Informa
327 que, em 1º de junho de 2022, os dados existentes eram de um percentual de 81,35% de servidores
328 e estagiários com comprovação de esquema vacinal completo, representando uma situação de
329 segurança para o retorno. Quanto aos que não comprovaram ter se vacinado, mais de 200 pessoas
330 não haviam respondido ao questionário, tendo sido tomadas várias medidas para conscientizar a
331 comunidade sobre a importância da vacinação. Em decorrência da não vacinação, mesmo após
332 reiteradas comunicações, foram tomadas medidas de cancelamento de matrícula de estudantes,
333 sendo garantido, no entanto, o direito de apresentação de comprovação do esquema vacinal
334 completo, mesmo que tardiamente, e assim a reativação da matrícula desses estudantes. Ressalta

335 que vários *e-mails* institucionais foram enviados à comunidade, com intuito de orientar quanto à
336 necessidade de vacinação, bem como quanto às sanções previstas para aqueles que não atendessem
337 à orientação. Informa que as chefias passaram a ser orientadas quanto às sanções disciplinares que
338 deveriam ser aplicadas, devendo ser gradualmente progressivas e devendo ser avaliadas as
339 situações, caso a caso. Destaca que tais medidas de orientação e conscientização elevaram o
340 percentual de vacinados para 98,11%, não havendo declarações de não vacinados, sendo que 13
341 pessoas não responderam ao questionaram. De todos os servidores, 31 pessoas em situação não
342 regularizada, sendo 28 docentes e sete técnicos-administrativos. Tais números apontam que a
343 UFABC, por meio de medidas cabíveis, conseguiu combater o negacionismo em seu âmbito. Com
344 relação à Resolução ConsUni nº 222, informa que a principal mudança trazida esta no seu Art. 3º,
345 que altera o Art. 4º, da Resolução ConsUni nº 217, determinando o impedimento de cumprimento
346 de jornada de trabalho ao servidor que não cumprir seu esquema vacinal dentro do prazo adequado,
347 ficando registro do dia como falta injustificada. Explica que tal medida implicará diretamente no
348 recebimento do salário do servidor. Quanto às medidas administrativas, explica que, inicialmente,
349 a partir das orientações, o servidor que não cumprir com o seu esquema vacinal, será advertido
350 verbalmente, sem seguida por escrito e, havendo reincidência, o caso será reportado à Ouvidoria
351 da UFABC para demais providências cabíveis, podendo incorrer em abandono de cargo, com base
352 na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. O presidente reforça que as medidas tomadas pela
353 UFABC colocaram em xeque qualquer tentativa de negacionismo, responsabilizando as pessoas
354 quanto a suas escolhas individuais, que poderiam colocar em risco a saúde e segurança da
355 comunidade. Em discussão, são realizados os seguintes apontamentos: 1) sugere-se que os
356 psicólogos sejam incluídos no processo de apuração dos casos de não vacinação, a fim de apurar
357 de maneira justa a situação de cada, tanto pela possibilidade de haver alguma motivação legal
358 como para questões pessoais que um chefe, por exemplo, talvez, não seria capaz de apurar ou
359 avaliar de maneira assertiva, para reforçar o caráter educativo das medidas; 2) concorda-se com a
360 necessidade de o ConsUni se debruçar sobre o tema, para rever as sanções definidas, dada a
361 conjuntura atual; 3) questiona-se se os não respondentes ao questionário tiveram acesso à UFABC;
362 4) aponta-se necessário que se apurem os casos, afastando-se ao máximo o caráter punitivo da
363 questão, todavia, não se ignorando situações que necessitem de medidas de punição; 5) aponta-se
364 dúvidas quanto a quais seriam as medidas alternativas em caso de revisão das medidas atualmente
365 estabelecidas; 6) aponta-se a necessidade de pensar em uma revisão da decisão pela manutenção
366 da sanção definida na Resolução ConsUni nº 222, uma vez que, no momento de sua aprovação, já
367 se trabalhava com um número de risco considerado reduzido, sendo que esse número é ainda
368 menor atualmente, o que pode ser prejudicial ao embasamento de sanções como as definidas; 7)
369 questiona-se quanto ao acompanhamento das pessoas que não responderam ao questionário; 8)
370 discorda-se da proposta de revisão das sanções previstas, acreditando ser mais salutar que se
371 reforcem as campanhas de vacinação. Daniel Pansarelli, atendendo aos comentários, explica que
372 dois caminhos foram tomados para comunicação com os servidores com pendência de
373 comprovação do esquema vacinal: tanto por meio dos dirigentes das áreas, como por meio da
374 Sugepe, via e-mail. Assim, foi e é buscado o máximo de informações junto aos servidores, de
375 modo a orientar e entender as razões pelas quais as orientações não estão sendo cumpridas e só a
376 partir disso são tomadas quaisquer medidas e sanções cabíveis. Nesse sentido, levanta o
377 questionamento sobre o ConsUni, em outro momento, rever a decisão pela aplicação de sanções
378 dessa natureza, uma vez que o assunto se mostra incômodo e o cenário atual é bem mais favorável
379 à revisão dessa medida. Sobre as pessoas que não responderam ao questionário, informa que não
380 há como averiguar qual a situação vacinal delas. Sabe-se que, geralmente, essas pessoas não
381 concordam e tendem a se afastar da Universidade, seja por colaboração técnica ou decisão pessoal,
382 por exemplo. Por outro lado, pondera que há um limite de consulta a essas pessoas, não podendo
383 chegar ao ponto de coagi-las. Do ponto de vista legal, explica que não há uma jurisprudência

384 consolidada sobre os resultados da aplicação das sanções definidas pelo ConsUni, reforçando que,
385 em consulta informal à Procuradoria Federal, apurou-se que é comum os casos de os servidores
386 sancionados ganharem na justiça o direito de reintegração de seu cargo. A vice-presidente, Mônica
387 Schröder, pontua ser salutar a soma de *expertises* na discussão realizada. Todavia, entende ser
388 importante não perder de vista que as medidas formais aplicáveis ao caso em discussão já estão
389 estabelecidas na Resolução ConsUni nº 222. O presidente destaca a importância desse ponto em
390 pauta para que a própria comunidade reflita sobre as medidas e conjunturas colocadas, ressaltando
391 a dificuldade de se encontrar respostas para as questões que o tema traz à tona. Quanto à orientação
392 e diálogo junto às pessoas que não responderam ao questionário, pontua que, a essa altura dos
393 fatos, não se trata de falta de informação, restando apenas chegar às razões pelas quais essas
394 pessoas optaram por não responder ao questionário. Por fim, reitera e relembra que as reuniões
395 presenciais do ConsUni serão retomadas a partir da próxima sessão ordinária. Como nenhum dos
396 participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos e encerra a
397 sessão às 18h17. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de
398 Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em
399 administração, em conjunto com a secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho, lavramos
400 e assinamos a presente Ata aprovada pelo Conselho.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Jeanderson Carlos de Souza Silva
Assistente em Administração

Katia Tonello Semmelmann
Assistente em Administração

Carolina Moutinho Duque de Pinho
Secretária-Geral